

A LUTA PELA TERRA

NAS PÁGINAS DO JORNAL
O GRITO DA PA 150

Fábio Tadeu de Melo Pessôa¹
Wellington Jhemerson Costa da Conceição²

*O dom de despertar no passado as centelhas da esperança
é privilégio exclusivo do historiador convencido de que
também os mortos não estarão em segurança
se o inimigo vencer.
E esse inimigo não tem cessado de vencer.
Walter Benjamin³*

Segundo Bernardo Kucinsk, “entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”.⁴ Para uns, esses veículos de comunicação deveriam ser considerados “jornais alternativos”, pois não se enquadravam nos grandes meios de informação que estavam ou sob forte censura ou eram complacentes, quando não coniventes, com os discursos e propagandas ofi-

Capa do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano II, nº15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

ciais dos governos militares. Para representantes dos órgãos de vigilância e repressão política, no entanto, os periódicos que faziam críticas e denúncias ao regime autoritário eram denominados como “subversivos”. Jornais como Opinião, Movimento e Em Tempo eram censurados através da proibição da publicação, da apreensão dos impressos considerados “nocivos à Segurança Nacional.

No Pará, esses jornais circularam por entre os grupos políticos aos quais estavam vinculados. O “jornal alternativo” produzido no estado com maior circulação foi o *Resistência*, órgão de comunicação da recém-criada Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) em fins dos anos de 1970, cujas lideranças principais, Paulo Fonteles e Humberto Cunha, terão papel importante na linha editorial do jornal enquanto oposição ao regime militar a partir da influência política do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O *Jornal Resistência* circulava nas universidades, associações de bairros, sindicatos e diversas comunidades do Pará, sendo uma das poucas vozes discordantes e destoantes em relação à propaganda oficial da ditadura. Paulo Fonteles, advogado que chegou a ser eleito deputado estadual e considerado “o inimigo nº 1”⁵ pelos fazendeiros do Pará no ano de 1985, e que viria a ser assassinado dois anos depois, foi importante não apenas como fundador da SPDDH e do *Resistência*. Atuou durante anos como advogado contratado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para defender os camponeses do sul e sudeste do Pará.

Além das organizações de esquerda, a Igreja Católica e movimentos a ela vinculados também produziram jornais que serviram de canais de contestação e denúncia ao regime autoritário. Como exemplo, podemos citar o *Jornal Batente* criado a partir da Ação Católica Operária de Osasco, na década de 1970⁶, ou ainda o *Jornal O São Paulo*, editado pela Arquidiocese de São Paulo, que não poupava críticas aos governos militares. Na região sudeste do Pará, especialmente na região coberta pela extensa rodovia PA 150 em seus mais de mil quilômetros, o *Jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* somava-se a esse movimento alternativo de comunicação existente em todo o país, servindo, ao mesmo tempo, como meio de formação política dos camponeses na região e de denúncia contra inúmeros casos de violências cometidas contra posseiros, peões e trabalhadores rurais no estado do Pará. Editado pela equipe da Diocese de Marabá, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o periódico aqui analisado teve sete anos de existência (1980-1986), sempre focado na defesa da democracia e participação política dos excluídos, especialmente do campo, além de servir de instrumento de organização dos trabalhadores rurais e suas demandas, especialmente a luta pela reforma agrária.

Ao analisar a luta pela terra na região a partir das páginas do *Jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, é necessário compreender as transforma-

ções ocorridas na Amazônia após o golpe de 1964, bem como as mudanças que atingiram a Igreja Católica no Brasil, cujo desdobramento fundamental foi o engajamento de religiosos e leigos cristãos nas lutas populares de um modo geral, com destaque, no caso do Pará, no envolvimento direto nas lutas camponesas.

A Amazônia no contexto da ditadura

O Golpe Civil-Militar de 1964 significou para a Amazônia brasileira, de um modo geral, e para o sudeste do Pará, em particular, profundas transformações econômicas, políticas e sociais. A região historicamente considerada como “isolada” do restante do país, um espaço “vazio” e “desprotegido”, na medida em que não era considerada a presença das populações indígenas, ribeirinhas e remanescentes de quilombos que há décadas habitavam a região, teve formas estatais de controle “de um poder diretivo e repressor sobre o território”.⁷ Tal postura centralizadora e diretiva por parte de inúmeros governos em relação à Amazônia consubstanciou a criação de diversos órgãos que tinham como objetivo tirar a região do seu suposto atraso econômico e social.

Dessa forma, a criação da Fundação Brasil Central (1943), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) dez anos depois, posteriormente transformada em Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966, e do o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), criado em fevereiro de 1980, tinham como propósito oficial, guardadas as diferenças, implementar uma política de desenvolvimento para a região. Para o presidente-general Emílio Garrastazu Médici, por exemplo, a existência de um poder dirigido e centralizado se justificava na medida em que a Amazônia se configurava como “um território escassa e esparsamente povoado [...] com características de economia pré-capitalista [...] empregando métodos primitivos de produção no extrativismo florestal em uma agricultura nômade [...]”.⁸

Através desses órgãos de “desenvolvimento”, especialmente a partir da década de 1960, o sudeste do Pará será impactado por um duplo movimento. Por um lado, temos a abertura de estradas como a rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960, da rodovia Transamazônica e da PA 150, iniciadas na década de 1970, facilitando o acesso de uma grande leva de pessoas vinda de diversas regiões do país. A partir desse período, o deslocamento populacional feito pelos rios é paulatinamente substituído pelas estradas. Além disso, o governo federal potencializou a especulação fundiária através da facilitação do acesso à terra por empresas e particulares, por meio da concessão de incentivos fiscais que consistiam no seguinte:

Não paga seus impostos quem quiser aplicá-los para praticar pecuária em grande escala na Amazônia. Vê-se, então, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornaram-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahiba e tantos outros.⁹

Como desdobramentos dessas ações, temos uma nova configuração social e econômica do sudeste paraense. Um desses elementos diz respeito à concentração fundiária provocada pelos incentivos fiscais, uma vez que eram 33 as terras no Pará com mais de 10 mil hectares em 1960, saltando para 451 os imóveis de tamanho igual ou superior a 10 mil ha em 1985.¹⁰ As migrações configuram como outro elemento importante de transformação regional, sendo o Pará o estado da região Norte que mais recebeu pessoas de outras regiões no período 1970/1991.

Quadro 1 – Região Norte: Imigração interestadual segundo Unidade da Federação – 1970/1991

Unidade da Federação	1970/1980			1980/1991		
	Imigração interestadual	Proporção da Migração	Proporção da Migração na Pop. Resid.	Imigração interestadual	Proporção da Migração	Proporção da Migração na Pop. Resid.
Rondônia	281.487	33,02	57,33	401.934	31,94	35,48
Acre	15.573	1,83	5,17	23.133	1,80	5,54
Amazonas	66.327	7,78	4,64	102.127	7,96	4,86
Roraima	17.909	2,10	22,63	62.387	4,86	28,67
Pará	373.991	43,89	10,99	486.275	37,90	9,82
Amapá	22.714	2,66	12,96	41.222	3,21	14,25
Tocantins	74.367	8,72	10,39	165.877	12,93	18,03
Região Norte	852.368	100,00	12,92	1.282.955	100,00	12,79

Fonte: Amostra de Censos Demográficos de 1980 e 1991. In: BRASIL, Marília C. *et al.* A população da Amazônia (1940 a 2000). In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização*: uma trajetória de 60 anos. 2ª ed. – Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 109.

Como podemos observar no quadro, 43% do total de migrantes para a região Norte concentrou-se no estado do Pará entre 1970 e 1980. Vindos de outros estados da federação e atraídos pela propaganda de que na Amazônia o acesso à terra seria facilitado, mais de 800 mil pessoas chegaram às terras paraenses entre 1970 e 1991. Essa imigração intensa provocou conflitos de toda ordem:

Por exemplo, ao longo da recém-construída rodovia PA 150, que liga Conceição do Araguaia a Belém, passando pela cidade de Marabá, milhares de famílias empobrecidas que chegaram em busca da terra e de emprego e se aglomeravam em vilas e povoados não tardaram a ocupar inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos.¹¹

Ao longo das rodovias, como a PA 150 e seus mais de mil quilômetros, os conflitos pela terra se tornam cada vez mais constantes, especialmente a partir dos anos de 1980, envolvendo trabalhadores rurais, peões, forças policiais e fazendeiros, transformando o estado do Pará, especialmente o sudeste paraense, em palco constante de violências de toda ordem.

As lutas empreendidas pelos sujeitos sociais do campo tiveram duas táticas que, apesar de não serem excludentes, diferem na forma das ações e no conteúdo dos seus resultados. Uma forma era a tentativa de questionar na justiça as ações de despejo cada vez mais comuns depois da intervenção do Estado na região, principalmente após a criação dos vários órgãos governamentais de “desenvolvimento” já mencionados. Na ausência de canais efetivos de representação dos camponeses durante a ditadura e com a ineficiência do Poder Judiciário em julgar as inúmeras fraudes ocorridas em cartórios, sem falar na dificuldade em compreender a necessidade de um documento formal para provar a posse da terra,¹² muitos camponeses perderam suas posses. Se não era possível ganhar na justiça, restava a outra tática: a resistência armada. Em diversas áreas em litígio no Pará, como Perdidos, Caçador e Cajueiro¹³, os camponeses organizaram emboscadas e enfrentaram grileiros, agentes da Polícia Federal e soldados da Polícia Militar em ações que tiveram grande repercussão, seja em função da morte de policiais, bem como de muitos camponeses, sem falar da repressão que se seguiu aos conflitos.

Ao contrário do que se pode imaginar, os anos finais da ditadura, com a anistia política aos presos políticos, a criação de novos partidos e a organização sindical dos trabalhadores, não significou a diminuição dos conflitos agrários. O que se viu na década de 1980 foi o aumento sem precedentes de conflitos agrários e assassinatos no campo. Analisando o quadro 2, podemos notar um crescimento substantivo das mortes de camponeses no estado do Pará. Entre 1971 e 1979, foram 74 assassinatos contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre 1980 e 1989, ocorreram 461 assassinatos no estado, dos quais 244 no sul/sudeste paraense (Ver Quadro 2, p 64).

Além disso, não se podem compreender a concentração fundiária e os conflitos resultantes dessa concentração na região sem analisar a atuação de dois outros órgãos criados nas décadas de 1970 e 1980. Além dos órgãos já citados, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970¹⁴, acabou por priorizar projetos de colonização/ocupação de áreas no lugar de implementar um programa de reforma agrária. Outro órgão, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), criado em fevereiro de 1980 para atuar na área do Programa Grande Carajás (PGC), tinha dois objetivos centrais a cumprir: “incorporar as terras devolutas ao patrimô-

Quadro 2 – Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013

Período	Brasil	Pará	Sul/Sudeste do Pará
1971-1974	92	29	--
1975-1979	237	45	--
1980-1984	499	100	--
1985-1989	641	361	244
1990-1994	231	70	54
1995-1998	219	90	84
1999-2002	120	45	33
2003-2006	189	88	59
2007-2010	115	45	29
2011-2013	99	24	12
Total	2.442	897	515

Fonte: IDESP, *Pará Agrário*, nº 6-7; CPT, *Conflitos no Campo*, 1985-2013; CPT, *Balço da violência no campo*, 1985; CPT, *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010)*: Violência e Impunidade, 2010. *Apud*. PESSÓA, Fábio T.M.; PEREIRA, A.R.; PENARROCHA, P. P. "Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990." *Tempos Históricos*, v. 18, 2014, p. 351.

nio da União e regularizar prioritariamente as grandes propriedades” já que “a demanda principal do ‘empresariado rural’ é a titularização”.¹⁵

Dessa forma, a emissão de títulos por diferentes órgãos, a sobreposição jurídica de terras com diversos “donos” surgindo para reivindicar uma mesma área e a especulação fundiária provocada através da *grilagem*¹⁶ geraram uma insegurança jurídica em relação às terras ocupadas por camponeses, na medida em que estes desconheciam os procedimentos legais para a solicitação do título de posse, que mais tarde poderia ser confirmado com um título definitivo. É aí que reside o problema jurídico, que na verdade é político, posto que a maioria dos posseiros, “sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro de terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir”. As grandes empresas e particulares, ao contrário, “com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas, num processo inverso aos dos posseiros, solicitavam antes o título de determinado lote, apresentando apenas um projeto de colonização”.¹⁷

Os conflitos envolviam posseiros resistentes há anos em áreas reivindicadas por grandes empresas e particulares que, ao apresentarem títulos expedidos por instituições como Incra, Iterpa (Instituto de Terras do Pará) e Getat, conseguiam na justiça ordens de despejos que ocorriam quase sempre de forma violenta. A expulsão das famílias era seguida da queima das casas e de toda a benfeitoria produzida. Na imagem a seguir, feita numa área de litígio em Marabá, principal cidade do sudeste paraense, temos um flagrante dessa violência:

Migração, especulação fundiária, conflitos, violências e resistências são dimensões que se intensificam no cotidiano dos sujeitos amazônicos após o golpe civil-militar de 1964. Nos dizeres de Jean Hébbete, “[...] os que não



Incêndio de uma casa em fazenda ocupada em Marabá, Pará, no ano de 1980. Foto de autor desconhecido. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Regional Norte II, Marabá, Pará.

lutaram, na fronteira, principalmente fora da colonização dirigida, têm sido expulsos por outra forma de coação à qual em geral não tem faltado o apoio das polícias locais ou estaduais, do Incri ou do Getat, dos juizes e, em certos casos, do próprio Exército”.¹⁸

Dessa forma, diferentes perspectivas foram sendo criadas em relação ao processo de disputa pela terra no estado do Pará, por distintos meios e estratégias. Para os militares, grupos empresariais e investidores estaduais, bem como representantes de governos em diferentes esferas de poder, as terras da Amazônia deveriam servir para o desenvolvimento da região, desenvolvimento aqui entendido como mercantilização do seu uso através de mecanismos “racionais” de exploração dos recursos da floresta. Madeira, gado, minérios, “tudo que se aproveitasse”, para tirar a região do “atraso” em que supostamente se encontrava. Os diversos planos de desenvolvimento foram facilitados pela conjuntura autoritária imposta em 1964. Mas nem todos estavam de acordo com essas premissas. Vozes discordantes, nas cidades, vilas e povoados da Amazônia, com especial destaque para a região sudeste do Pará, ousaram enfrentar a censura e repressão. A fronteira em movimento tornou-se palco de lutas constantes por mais de duas décadas.

O engajamento político da Igreja Católica

Nas lutas pela terra na década de 1970 e pela organização sindical e reforma agrária a partir de 1980, os camponeses não estavam sozinhos. Em todo o estado do Pará, com destaque para a área coberta pela rodovia PA 150, padres, freiras, agentes pastorais e leigos católicos participavam ativamente das inúmeras atividades de contestação ao regime autoritário: passeatas, reu-

niões, assembleias, distribuição de panfletos, eleições sindicais, faziam parte do cotidiano dos sujeitos sociais envolvidos com as lutas camponesas, o que incomodava em muito aos fazendeiros e chefes políticos e militares no estado. Mas o que explicaria esse engajamento político de religiosos, incluindo alguns bispos, nas lutas dos trabalhadores do campo?

O Concílio Vaticano II (1962) e a II Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-americana (Medelín, 1968) possibilitaram algumas mudanças importantes na Igreja Católica, como o estímulo à participação dos leigos, a crítica ao capitalismo e à miséria. Essa reorientação da Igreja Católica, que aproximou setores católicos dos sujeitos sociais em luta pela terra, ocorreu por diversas razões. Para uns, tal reorientação teria ocorrido em razão da proximidade de pensamento de setores da Igreja com visões antes visceralmente combatidas, como o marxismo, gerando aquilo que Michael Löwy chamou de “Cristianismo de Libertação”.¹⁹ Para outros, seria uma resposta à aproximação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) das lutas camponesas para com ele disputar as “bases” dos setores populares em luta pela terra, assim como em relação às Ligas Camponesas, já que as ações desses dois grupos, ao investirem nas lutas dos camponeses, “levaram à mobilização da Igreja Católica numa ampla cruzada de organização e conscientização dos trabalhadores rurais”.²⁰ Seja como for, o fato é que muitos religiosos e agentes pastorais leigos produziram discursos e ações em favor dos camponeses, bem como inúmeros documentos que nos ajudam a compreender a dinâmica dos conflitos agrários no sudeste paraense. O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* produzido pela equipe da Diocese de Marabá é um exemplo disso.

Para Scott Mainwaring, o debate fundamental que envolveu os setores politicamente mais significativos do clero brasileiro a partir da década de 1960 não se dava em torno de sobre qual deveria ser a “missão da Igreja”, mas de estabelecer uma real definição do significado da “opção preferencial pelos pobres, que recebeu apoio dos bispos latino-americanos em Puebla (1979), e quais deveriam ser os limites do envolvimento político da Igreja”.²¹ Esse é um ponto importante para o nosso debate, na medida em que muito da motivação dos religiosos e leigos que atuaram junto aos camponeses da região partiam da premissa de que o papel da Igreja residia no apoio incondicional aos pobres, não apenas através da denúncia das injustiças, mas do engajamento radical na superação dessas injustiças. Padre Ricardo Rezende, por exemplo, afirma que muitos de sua geração escolheram um modo de vida comunitário através da inserção direta na vida dos pobres, no meio dos pobres, a partir da influência de teólogos como Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff.²²

Ao analisar especificamente o caso do engajamento de religiosos e leigos na luta camponesa no sudeste do Pará, defendemos a tese segundo a qual havia uma relação dialógica entre o clero e os demais religiosos, agen-

tes pastorais e camponeses envolvidos nas lutas sociais na região nas décadas de 1970 e 1980. Dependia, em parte, da posição assumida pelos bispos que comandavam as principais Prelazias da região: Marabá e Conceição do Araguaia. O bispo mais antigo, D. Estevão Cardoso de Avelar, que primeiro esteve à frente da diocese de Marabá e depois assumiu a de Conceição do Araguaia, assim como D. Alano, que por mais de uma década ficou à frente da Prelazia de Marabá, foram duramente perseguidos e hostilizados pelas forças da repressão. Responderam processos, ficaram em prisão domiciliar em alguns momentos e foram fundamentais para a proximidade dos religiosos com as lutas camponesas na região. Impediram, quando foi possível, a prisão de religiosos, camponeses e agentes pastorais; denunciaram as prisões quando não puderam impedi-las; se posicionaram publicamente sobre temas polêmicos como a concentração fundiária, a violência contra as vítimas de repressão, sempre na defesa dos direitos humanos. Em outras palavras, assumiram posições “progressistas”, de acordo com as novas doutrinas da Igreja após o Concílio Vaticano II, e as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Acreditavam, portanto, que suas atitudes estavam absolutamente de acordo com o Evangelho e as resoluções da Igreja Católica. Obviamente, para os setores civis e militares ligados direta ou indiretamente com o regime autoritário imposto em 1964, suas atitudes extrapolavam os limites estabelecidos entre fé e ativismo político.

Por outro lado, não se pode minimizar o papel dos padres, freiras, agentes pastorais e camponeses, através de suas histórias de vida, suas opções religiosas e visões de mundo, suas experiências com movimentos religiosos e políticos que precedem sua chegada à região, sem falar na capacidade de influenciar nas atitudes e decisões da hierarquia. Em muitos momentos, os bispos atuaram a partir da pressão feita pelos “de baixo”. Em situações limites, de extrema violência, os bispos não tinham como recuar diante das evidências de violações dos direitos humanos, como prisões ilegais, torturas e assassinatos. Além disso, muitas CEBs, o MEB e a própria CPT gozavam de relativa autonomia para propor e executar suas atividades, cedendo pouco espaço para intervenções da hierarquia. Neste sentido, concordamos com a formulação proposta por Scott Mainwaring quando este afirma que:

No Brasil, em contraste com vários outros países latino-americanos, a Igreja popular não consiste em agentes pastorais de base que estejam em conflito com a Igreja institucional. A divisão fundamental dentro da Igreja brasileira não provém de uma oposição entre a base e a hierarquia, mas envolve, antes, diferentes concepções da missão da Igreja, cruzando as fronteiras entre os grupos leigos, padres e freiras, e bispos.²³

Terra e Liberdade: O Grito da PA 150

Na sua primeira edição, em 1º de maio de 1980, o jornal *O Grito da PA 150* ainda não tinha esse título. No lançamento, em uma data que simboliza o dia da luta dos trabalhadores em todo o mundo, foram propostos quatro nomes para o periódico: “Êxodo”, “O Grito da PA 150”, “Corrente” e “O Campônês”. Após consulta, aos representantes de algumas das comunidades rurais existentes ao longo da PA 150 atendidas pelos religiosos e agentes pastorais da Diocese de Marabá, decidiu-se pelo título *O Grito da PA 150* a partir do seu segundo número, em Junho de 1980.²⁴ Quando o jornal completa um ano de existência, em maio de 1981, é acrescentado como subtítulo ao periódico “Terra e Liberdade”²⁵, passando dessa forma a ser divulgado nos anos subsequentes como: *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, apresentando em suas páginas a luta pela terra como pauta principal dos trabalhadores rurais além da luta pela democracia e participação política dos sujeitos sociais do campo.

A opção pela *organização dos pobres* está presente em inúmeras matérias do jornal. No segundo número, podemos observar a simbiose *fé e política* através da apresentação do sentido que a “comunidade de cristãos” representa para quem vive e trabalha no campo e que tem como propósito “um bem comum” como contraponto à realidade social e política vivenciada no Brasil no início dos anos de 1980. A pequena comunidade de base, que elege um dirigente, um animador, “que é escolhido pelos comunitários para servir os demais” e onde “todo mundo tem o direito de falar e participar” é bem diferente da “grande comunidade”, o Brasil, cuja realidade é outra: “O presidente foi indicado” e as “Leis existem para controlar o Povo e garantir os direitos de quem está no PODER [...] e fazer com que o Povo seja explorado”.²⁶

Também há afirmações como “a necessidade de organização do Povo”, a partir de uma “consciência de classe”, já que a sociedade está dividida entre uma minoria de ricos (também chamados ora de burgueses, ora de patrões, adjetivados como “opressores”, “exploradores” e “dominadores”) e uma imensa maioria de pobres e oprimidos por um Estado repressivo, uma ditadura. Para atingir a “libertação” da opressão em que se encontram, os oprimidos devem “ter mais consciência da força de sua classe; entrar mais na luta e entender mais as coisas; aprofundar mais seu conhecimento político; escolher seu partido político e participar ativamente dele, se sindicalizar e lutar para ter um sindicato mais autêntico”.²⁷

Alguns pontos contidos nesse trecho chamam nossa atenção. Primeiro, o papel dado à necessidade de “consciência de classe”, “entender as coisas” para poder “entrar mais na luta”. E luta se faz transformando a consciência

adquirida em organização através de duas estruturas: o partido e o sindicato. No primeiro caso, temos o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, cuja origem está associada ao surgimento do denominado “novo sindicalismo”, movimento de trabalhadores que irão desafiar a ditadura na segunda metade da década de 1970, com as greves do ABC paulista, sem falar de grupos que participaram da luta armada, e principalmente, no caso do Pará, por setores ligados à “ala progressista da Igreja Católica” e que atuaram principalmente nas comunidades de base e nas diversas pastorais católicas, entre as quais, a pastoral do campo.²⁸ Outro ponto a ser destacado na leitura do documento é a manifestada necessidade de “sindicalizar e lutar para ter um sindicato mais autêntico”. Em diversos números do jornal, há a defesa explícita da organização camponesa nas oposições sindicais e campanhas pela reforma agrária, como veremos mais adiante.

As Forças Armadas são descritas como “forças repressivas que castigam o Povo”. O Getat também é apresentado como um órgão de repressão a serviço do latifúndio, não fazendo nada contra a violência praticada contra os posseiros, como em processos de desapropriação e despejos que resultam, muitas vezes, na destruição e incêndio de casas. Por isso, é necessário lutar por uma “reforma agrária radical e imediata”.²⁹

A simplicidade estética e narrativa do jornal, feito em mimeógrafo e distribuído às populações do campo ao longo da PA 150, dialoga com o perfil do “leitor” ou “receptor” das mensagens apresentadas ao longo dos sete anos de circulação do periódico. Roger Chartier adverte sobre a “necessidade, para o historiador, de refletir sobre as formas e os meios que permitem abordar este ato sempre efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto”.³⁰ Falando de uma “cultura do impresso” presente na cultura ocidental, Chartier defende a ideia de que

[...] o escrito está perceptível em todas as partes, através da presença do escrito impresso, que cria condições de presença de uma *cultura de empréstimo*, mesmo para os analfabetos, que contam aí com **mediações** para poder estabelecer uma relação com esta cultura impressa: mediação da leitura coletiva em voz alta, mediação de um deciframento do texto a partir da imagem [...] e outras.³¹

Essa formulação proposta por Chartier nos permite analisar as páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* a partir de uma linguagem que procura ser acessível ao camponês, geralmente não alfabetizado ou pouco alfabetizado, através de práticas de leitura coletiva, em que um *mediador*, isto é, o responsável pela leitura do *texto*, possibilita aos demais o acesso a informa-

ções e representações sobre o universo rural (leis, dados econômicos, direitos trabalhistas, dentre outros). Faz pensar também sobre as práticas de leitura e de debate sobre temas bíblicos, seja através de textos ou de imagens, em que a mediação da leitura e da interpretação se dá coletivamente, sem que haja uma direção ou ordenamento previamente estabelecido, a exemplo das práticas educativas do Movimento de Educação de Base (MEB) ou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Além desse aspecto formativo, o jornal tinha um viés de denúncia contra as arbitrariedades praticadas por empresas, pessoas e órgãos públicos contra os camponeses da região. A maior parte das denúncias relatadas no periódico é contra funcionários do Getat, policiais militares e agentes federais. O Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (Getat) é constantemente tratado como instrumento público a serviço dos interesses privados de fazendeiros e empresas, tanto que “os posseiros aprenderam que o órgão não foi criado para defender seus interesses e garantir seus direitos”³², segundo matéria do jornal. Como o Getat não conseguia solucionar os conflitos, os camponeses ressignificaram sua sigla, atribuindo ao órgão um novo sentido: “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins” (Getat). Em outra matéria, o jornal denuncia a expulsão de 25 famílias de uma área por elas ocupada há anos. Na ausência de título de propriedade por parte das famílias, houve decisão favorável ao grileiro que havia reivindicado na justiça a terra ocupada.³³

A recém-criada Associação de Defesa dos Trabalhadores Rurais da cidade de Nova Jacundá formaliza uma série de denúncias na representação do Getat³⁴, todas relacionadas a irregularidades da posse da terra, visto que grileiros estavam vendendo áreas de terra devolutas, invadindo e destruindo benfeitorias dos camponeses. Como os representantes do Getat fizeram “vista grossa” diante dos diversos casos denunciados, uma comissão composta por representantes de várias entidades³⁵ foi ao encontro do governador do Estado do Pará, coronel Alacid da Silva Nunes, levando denúncias sobre policiais militares de Marabá. O governador não recebeu os representantes, que resolveram elaborar e tornar público um dossiê contendo diversos casos de prisões ilegais e assassinatos ocorridos no 4º Batalhão de Polícia Militar de Marabá, exigindo o afastamento das autoridades militares responsáveis.³⁶

Denúncias contra abusos de policiais militares não eram novidade na região. Podemos encontrar alguns comportamentos curiosos envolvendo integrantes da PM do Pará. Em 1979, um certo cabo Muniz teria recebido de um grileiro da região uma jaula, usando-a para prender e expor desafetos em seu quintal³⁷, fato que o deixou conhecido como “o monstro de Goianésia”. Outro policial militar, sargento João Pedrosa, “responsável pelo destacamento da PM

em Xinguara, [...] é apontado como mestre da tortura”³⁸ naquela localidade. Também em Xinguara, uma reportagem do jornal *O Estado do Pará* afirma que “quando não é a polícia que está espancando e extorquindo dinheiro de posseiros e comerciantes, os jagunços, espécie de braço direito dos fazendeiros, semeiam o medo entre os 15 mil habitantes da localidade”.³⁹

Líderes e animadores de comunidades eram constantemente perseguidos e ameaçados por agentes da Polícia Federal e policiais militares, mostrando que a ditadura na região sudeste do Pará, numa área considerada de Segurança Nacional, ainda tinha muita força. Na matéria “Polícia Federal ameaça Igreja”⁴⁰, há inúmeros relatos de perseguições sofridas por religiosos e militantes leigos em vários trechos da PA 150. Dom Alano Maria Pena, bispo de Marabá, faz uma declaração de desagravo à polícia federal e ao Getat, que na sua visão “é muito mais um órgão de policiamento e repressão do que um órgão de política fundiária”.⁴¹

A distribuição do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* era feita nas muitas comunidades rurais existentes ao longo da rodovia PA 150, nas estradas vicinais, paróquias e Igrejas, sempre sob vigilância constante dos órgãos de repressão. O Serviço Nacional de Informação (SNI), através de sua agência no Estado do Pará, produziu inúmeros relatórios e dossiês sobre os “grupos esquerdistas” ou “subversivos que atentavam contra a Segurança Nacional”. Num relatório produzido pelos agentes da espionagem da ditadura, podemos observar a vigilância exercida contra D. Alano, bispo da Prelazia de Marabá:

Na região de MARABÁ, persiste o trabalho de “conscientização” do trabalhador rural, que vem sendo desenvolvido por membros da CPT, Agentes Pastorais e membros do clero “progressista”, sob a orientação de D. ALANO MARIA PENA, Bispo da Diocese, com o apoio de entidades onde militam comunistas, tais como FASE, SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (SPDDH), e partidos políticos de oposição.⁴²

Intitulado “Movimento Subversivo no Sul do Pará”, o relatório aponta como causa dos conflitos agrários não a especulação fundiária e concentração de terras, mas o trabalho de “conscientização do trabalhador rural” feito por membros do clero progressista, com destaque para os membros da CPT e dos Agentes Pastorais “sob a orientação de D. Alano”, além da participação de “grupos comunistas”. Num outro trecho, as autoridades afirmam que o governo faz, através do Getat, um trabalho que vem sendo reconhecido e “elogiado por muitos lavradores”, mas que ao longo da PA 150 diversos “agitadores” resistem à presença do órgão:

Apesar da atuação do GRUPO EXECUTIVO DE TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS (Getat) vir sendo elogiada por grande número de lavradores, que tiveram ou confiam em ter seus problemas pela posse da terra resolvidos, ao longo da Rodovia PA 150, entre MARABÁ e TUCURUÍ, é onde se localizam as principais áreas de resistência ao trabalho do órgão, apresentado pelos contestadores como a serviços dos ricos latifundiários da região. Na área, destacam-se nesse trabalho, o Padre PAULO e Irmã DOROTY, da localidade de ARRAIAS.⁴³

Além disso, no documento que relata o que para as autoridades civis e militares seriam “atividades subversivas”, há a citação do incômodo causado nas autoridades por “Jornais Alternativos” e do “Boletim” O Grito da PA 150.

Através desses elementos, é feita a distribuição do boletim “O GRITO DA PA-150”, impresso pela diocese de MARABÁ, sempre com contundentes críticas aos órgãos governamentais que atuam na área, principalmente o GETAT, a ELETRONORTE e as POLÍCIAS FEDERAL e MILITAR. Encarregam-se, também, da venda dos jornais alternativos “RESISTÊNCIA” e “TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA”.⁴⁴

Organização das oposições sindicais e a luta pela reforma agrária

Durante a ditadura, as organizações de trabalhadores rurais estavam ou sob intervenção ou foram criadas por órgãos do Estado com um viés claramente assistencialista, despolitizando as lutas camponesas. No município de Conceição do Araguaia, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) foi criado em 1971, mas entre 1975 e 1985 foi presidido por Bertoldo Siqueira Lira por interferência direta do Exército, transformando o sindicato, nos dizeres de padre Ricardo Rezende Figueira, “numa associação assistencialista”.⁴⁵

Após a Guerrilha do Araguaia e os conflitos que se seguiram de maneira ininterrupta nas décadas seguintes, o Exército realizou inúmeras “campanhas cívicas”, como eram chamadas pela imprensa as ações em diversas cidades do interior da Amazônia, cujas atividades variavam de consultas médicas a tiragem de documentos.⁴⁶ A “operação relâmpago”, denominação criada pelo Comando Militar da Amazônia, tinha como objetivo, segundo reportagem do jornal *A Província do Pará*, “ajudar a população pobre do interior nos seus problemas mais imediatos”. Contando com diversos órgãos federais, as ações eram variadas: “[...] O INPS levou um grupo de assistência médica, o Funrural filiou trabalhadores, o Ministério do Trabalho transmitiu noções sobre sindicaliza-

ção, o MEC projetou filmes educativos e distribuiu cartilhas e cadernos”.⁴⁷ Além da assistência em saúde e educação, nos chama a atenção a “transmissão”, por parte do Ministério do Trabalho, de “noções sobre sindicalização” e da filiação de trabalhadores pelo Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural).⁴⁸ Além da tentativa de afastar a influência dos “agentes da subversão” entre os camponeses, as medidas supracitadas objetivavam manter e ampliar a tutela em que viviam os sindicatos em relação ao Estado.

Quando não era o Exército que intervia, outras instituições agiam para desmobilizar a luta camponesa na região. É o caso, por exemplo, dos STRs de Itupiranga e São João do Araguaia “criados e organizados pelo Incra durante a colonização às margens da rodovia Transamazônica, em 1974 e 1976”, respectivamente. Já o STR de Jacundá foi “criado em 1980 e dirigido até 1985 por pessoas ligadas ao Getat e aos proprietários rurais”.⁴⁹ Um exemplo da influência do Getat nas organizações camponesas pode ser encontrado num relatório do SNI sobre as eleições sindicais no município de Conceição do Araguaia:

Visando às eleições para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, verificou-se uma intensa campanha eleitoral das chapas concorrentes. De um lado, a Chapa 1, da situação, sendo apoiada pelo Conselho de Segurança Nacional, que através do GETAT, colocou na região, desde Set 80, uma equipe composta de médicos, dentistas e pessoal de apoio, objetivando levar assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais, através de “Operações ACISO”, e colaborar na organização administrativa do sindicato. De outro lado, a Chapa 2, de oposição, sendo apoiada por membros do clero “progressista”, da CPT e por militantes comunistas, tendo à frente PAULO FONTELLES, que objetivam conquistar o Sindicato, visando transformá-lo em instrumento para implantação da luta de classes na região.⁵⁰

Como podemos observar neste trecho do documento produzido pelo Serviço Nacional de Informação, há uma clara interferência do governo autoritário nas eleições de trabalhadores rurais através de práticas assistencialistas, visando impedir a vitória da chapa de oposição. O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* procurava não apenas denunciar essas práticas como também contribuir para a formação de oposições sindicais onde fosse possível, produzindo discursos contra hegemônicos e mobilizando os camponeses em suas lutas. As forças de repressão, por sua vez, empreendiam uma campanha para desmoralizar as lideranças e reprimir os apoiadores do jornal, especialmente os militantes de base. Hilton Jansen, mais conhecido como Fogoió, foi preso pelo sargento Padilha, da Polícia Militar, quando dis-

tribuíu o jornal. Após sua prisão, representantes da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá foram até a delegacia solicitar a liberação de Fogoio, o que acabou acontecendo graças à pressão de diversas lideranças e entidades da sociedade civil.⁵¹

Durante o I Encontro Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará, os trabalhadores do campo debateram sobre suas bandeiras de lutas, resistências e quais os sujeitos que deveriam participar como protagonistas das lutas camponesas, com destaque para a sindicalização e a reforma agrária. Além disso, as mulheres e jovens agricultores participaram ativamente do encontro, agregando setores historicamente excluídos de uma estrutura sindical predominantemente masculina.⁵² Foram criadas chapas de Oposição Sindical em Nova Jacundá, Goianésia, Marabá, Conceição do Araguaia, Ipixuna do Pará, Santarém e Itupiranga. Apesar de ainda vigorar a Lei de Segurança Nacional com a proibição de reuniões, passeatas e greves⁵³, vários sindicatos de oposição são formados no início da década de 1980 em cidades como Marabá⁵⁴ e Jacundá.⁵⁵

Com a crescente organização camponesa em sindicatos combativos, a luta pela terra ganha uma dimensão nacional através da organização das campanhas pela reforma agrária. Nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* a reforma agrária pretendida deveria ser “radical e imediata”⁵⁶, feita a partir da participação direta dos trabalhadores organizados, e não nos gabinetes do regime autoritário. Os trabalhadores rurais tinham clareza que uma transformação radical na estrutura fundiária só seria concretizada a partir da mudança do regime, pois órgãos como o Incra e o Getat, criados na ditadura, não estavam a serviço dos interesses dos trabalhadores do campo. As tensões envolvendo a mobilização dos trabalhadores em relação à organização sindical em luta pela reforma agrária, de um lado, e a articulação de milícias armadas pelos fazendeiros, do outro, intensificam a violência que se torna cotidiana na região.⁵⁷

Considerações finais

Diferentemente do que ocorrera com a Guerrilha do Araguaia, em que imperou a lei do silêncio, incluindo-se aí o silêncio imposto à imprensa⁵⁸, as lutas camponesas no sudeste paraense ocorridas a partir de 1975 tiveram repercussão nos jornais, sejam os “tradicionais”, sejam os “alternativos”, como é o caso de *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Seu sentido formativo possibilitou o engajamento de parcelas significativas do campesinato disperso por muitas comunidades isoladas ao longo da rodovia PA 150. Sua linguagem simples e acessível permitiu o alcance de um número considerável de sujeitos

sociais historicamente excluídos. Além disso, teve um papel importante como instrumento de diversas denúncias de violação de direitos humanos e demais arbitrariedades cometidas por agentes do Estado ou particulares. Apesar de circular pelas comunidades localizadas no estado do Pará, o jornal não deixava de articular as demandas locais com a conjuntura política dos anos finais da ditadura no Brasil e América Latina.

De certa forma, o periódico reproduzia, numa microescala, as tensões políticas e sociais ocorridas no início dos anos de 1980 numa conjuntura de resistência a governos autoritários em praticamente todo o continente latino americano, a exemplo da Revolução Nicaraguense, em que a participação de religiosos e camponeses desempenhou “um papel essencial, tanto nas bases, quanto em termos da liderança do movimento”.⁵⁹ Reproduzia também um momento de “caos e esperança”⁶⁰ em que o Brasil vivia naqueles anos finais de uma ditadura já desgastada pela crise econômica, repressão política e por uma oposição cada vez mais crescente.

Nas páginas do jornal, criticava-se a condenação das lideranças sindicais do ABC paulista com base na Lei de Segurança Nacional⁶¹, além de uma reportagem especial sobre a 1ª Conferência Nacional da Classe trabalhadora (Conclat)⁶², reunida em torno do chamado “novo sindicalismo”⁶³ surgido da resistência dos trabalhadores da cidade e do campo em relação à estrutura de controle dos sindicatos montada pela ditadura, impondo limites à organização e luta das classes trabalhadoras. Como bem lembrou Marcelo Ridenti,

Nos piores anos da repressão, entre 1968 e 1978, o total de sindicatos oficiais na área urbana aumentou 53,3%, foi de 2.616 para 4.009. Nas regiões rurais, houve crescimento ainda mais expressivo, ligado à iniciativa da ditadura militar, que atrelava os sindicatos ao sistema previdenciário e a convênios assistenciais: de 625 sindicatos em 1968, o total chegou a 1.669 em 1975.⁶⁴

No periódico, são apresentadas discussões sobre a reforma agrária e o estatuto da terra, demandas essenciais dos trabalhadores rurais. Para além disso, o jornal enfatizava a necessidade de uma organização geral e que englobaria todos os trabalhadores, seja do campo ou da cidade, discutida no Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras do Pará, durante os dias 30 e 31 de Janeiro de 1982, movimento que se somaria na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na luta pela reforma agrária e pela democracia no Brasil.

RESUMO:

Este artigo apresenta a luta pela terra empreendida pelos camponeses do sudeste paraense através das páginas do jornal *O Grito da PA 150*. Produzido

entre os anos de 1980 a 1986 pela Diocese de Marabá, (PA), o jornal serviu como um importante veículo de informação e formação política nos momentos finais da ditadura, sofrendo perseguição e vigilância constantes. Denúncias de assassinato de lideranças, trabalho escravo, prisões ilegais, além de campanhas pela sindicalização e reforma agrária, faziam parte da pauta desse jornal combativo, aglutinando parte dos ativistas políticos da região. Com uma linguagem simples, feito em mimeógrafo, o jornal era distribuído nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Associações de Bairros e Oposições Sindicais em mais de dez municípios do Pará, despertando o ódio nos fazendeiros e autoridades civis e militares da região sudeste do estado, ao mesmo tempo em que se somava a outros jornais alternativos em defesa da democracia e direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE:

Imprensa Alternativa, Luta pela Terra, Reforma Agrária, Sudeste Paraense.

The struggle for land in the pages of the newspaper O Grito da PA 150: land and freedom: between the complaint and the political education of peasants in Southeastern Pará.

ABSTRACT:

The present paper aims to present the struggle for land undertaken by peasants from the southeastern region of the Brazilian state of Pará through the pages of the newspaper *O Grito da PA 150*. This newspaper circulated between 1980 and 1986 and it was published by the Diocese of Marabá (PA). Therefore, *O Grito da PA 150* played an important role in the covering of information as well as political formation for the community. Since this newspaper was published in the final years of the dictatorship, it suffered constant political persecution and vigilance. As its main content, reports of assassinations of leaders of the community, allegations of slave labor and illegal jailing were often published. It also covered campaigns for unionization and the support for the fight for land reform. As a result, *O Grito da PA 150* gathered part of the region's political activists. Alongside other alternative newspapers, concerned with the defense of democracy and of human rights, the simple languaged and mimeographed *O Grito da PA 150* was distributed through the Base Ecclesial Communities (CEBs), Neighborhood Associations and Union Opposition in more than ten cities of the state of Pará, inciting hatred among land owners, as well as, civilian and military authorities of the southeast region of Pará.

KEYWORDS:

Alternative Press, Land Struggle, Land Reform, Northern Brazil.

NOTAS

1. Doutorando em História (UFPA). Professor da Faculdade de História, Instituto de

Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenador do Projeto “O uso de fontes como estratégia para o ensino e a pesquisa em história, a partir do Acervo Documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar”, financiado pelo Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica – PAPIM-2016 – Proeg/Unifesspa. e-mail: fabiopessoa@unifesspa.edu.br.

2. Graduando em História pela FAHIST/ICH/Unifesspa. Bolsista do Projeto “O uso de fontes como estratégia para o ensino e a pesquisa em história, a partir do Acervo Documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar”, vinculado ao PAPIM-2016 da Proeg/Unifesspa. e-mail: jhemerson.costa@unifesspa.edu.br.

3. BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222.

4. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2001, p. 06.

5. GUERRA. *O Liberal*, Belém. 27 de janeiro de 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.

6. *Ibidem*, p. 84.

7. MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico, In: *Revista Território*, nº 1(2). Rio de Janeiro: Departamento de Geografia – UFRJ, 1997, p. 19.

8. Emílio Garrastazú Médici, *Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente da República*, 1971, p. 15; *Apud* PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 78.

9. HÉBETTE, Jean. “A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária da colônia até hoje.” _____ . *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. vol. 2, p. 38.

10. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Falangola, 1994, p. 225.

11. PESSÔA, Fábio T.M; PEREIRA, A.R.; PENARROCHA, P.P. “Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990.” *Tempos Históricos*, v. 18, 2014, p. 344.

12. Até a implantação de projetos agropecuários na região, que elevaram o preço da terra e geraram grande especulação fundiária, principalmente em função dos incentivos fiscais, praticamente inexistia a propriedade jurídica da terra. O trabalho na terra era o suficiente para designar a posse. A partir da década de 1970, foram feitos inúmeros pedidos de reintegração de posse, transformando a região numa área de tensão e conflito. Cf. IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

13. Sobre esses conflitos ver: PESSÔA, Fábio T.M. “Bispo comunista, padres subversivos”: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, p. 61-82.
14. Criado pelo Decreto-Lei 1.110 de 9 de julho de 1970, o Incra é o resultado da fusão de dois outros órgãos: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra). Cf. HÉBBETE, Jean. “O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense.” In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004b. V. 3. p. 34.
15. FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 74.
16. “A grilagem é caracterizada pela pseudo-oficialização do processo de aquisição de terras. O grileiro oficializa o requerimento de compra protocolando-o. Vende a terra que ainda está em processo de compra”. In: SILVA, Ipujucan R. da. *Estrutura Agrária: estudo de uma área em expansão*. Belém: UFPA/NAEA, 1978, Monografia de Pós-Graduação, p. 29.
17. FERNANDES, Marcionila. *Op.cit.*, p. 114.
18. HÉBBETE, Jean. *Op. cit.*, 2004, p. 69.
19. LÖWY, Michael. Cristianismo de Libertação e Marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos de 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
20. MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 112.
21. MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
22. Padre Ricardo Rezende Figueira chegou ainda leigo no Sul do Pará em 1976 e conta que “[...] a ideia era ter inserção no meio dos pobres e uma influência da Teologia da Libertação. Sob o ponto de vista teórico, o Livro *Teologia da Libertação* do Gustavo Gutiérrez teve uma singular importância e o livro *Jesus Cristo Libertador* do Leonardo Boff também [...]”. Padre Ricardo Rezende Figueira: depoimento [maio 2015]. Entrevistador: Fábio Pessôa. Rio de Janeiro, 2015.
23. MAINWARING, Scott. *Op. cit.*, p. 10.
24. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1980, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
25. *O Grito da PA 150*, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1981, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

26. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, Ano II, nº 18, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1981, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
27. *Ibidem*, p. 7.
28. PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo/NAEA-UFPA, 1996.
29. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, Ano II, nº 18, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1981, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
30. CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Soborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. 12. *Apud*. CORSO, João Carlos. “Herdeiros da Terra Prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990”. Tese (Doutorado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 15.
31. CHARTIER, Roger. *Op cit.* p. 35. *Apud*. CORSO, p. 15.
32. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
33. MAIS uma do Getat: *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, Ano I, nº 5, Diocese de Marabá/Pa, Novembro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
34. GETAT é contra os posseiros. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
35. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Associação dos Docentes da UFPA, CPT-Regional Norte II, CNBB-Regional Norte II, Oposição Bancaria, CPT de Marabá, Partido dos Trabalhadores e outras entidades. DENÚNCIA ao governador, *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº 4, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
36. *Ibidem*, *idem*.
37. JAULAS para prender pessoas. *O São Paulo*. São Paulo, Ano XXIII, nº 1.217, semana de 6 a 2 jul. 1979, p. 1. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
38. POSSEIROS denunciam violência. *O Estado do Pará*. Belém, 06 out. 1979. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xingua/PA.
39. POLICIAIS e jagunços comandam a violência. *O Estado do Pará*. Belém, 24 outubro 1979. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

PA.

40. POLÍCIA federal ameaça Igreja, *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1981, P.03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

41. DOM Alano denuncia novos conflitos, *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1981, p. 4-5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

42. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: MOVIMENTO SUBVERSIVO NO SUL DO PARÁ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

43. *Ibidem*, fls. 04.

44. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: MOVIMENTO SUBVERSIVO NO SUL DO PARÁ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

45. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 61.

46. AÇÃO Social do Exército em áreas do Pará. *O Liberal*, Belém, 28 nov. 1976. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA.

47. AÇÃO cívico-social-militar no interior do Pará. *A Província do Pará*, Belém, 28 nov. 1976. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA.

48. Segundo Airton Pereira, “o governo federal, com a aprovação da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, criou o Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), conferindo real existência ao Funrural (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural) e transformou os sindicatos em núcleos de atendimento médico e odontológico. Por esse meio, os órgãos oficiais tinham o propósito de desmobilizar os organismos de representação dos trabalhadores rurais e despolitizar os conflitos pela posse da terra. Ao transformar os sindicatos em núcleos assistencialistas, eles conseguiam torná-los em organismos de delegação de políticos clientelistas detentores do poder local, além de quebrar, com isso, as possíveis mediações da Igreja atuante na região. Era mais um mecanismo de controle social. In: PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História). Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 169-170.

49. *Ibidem*, p. 169.

50. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: MOVIMENTO SUBVERSIVO NO SUL DO PARÁ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 08.

51. PRENDERAM Fogoió, mas o Grito não cala. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*,

Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/Pa, Outubro de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

52. ENCONTROS de Lavradores. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº 6, Outubro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

53. LEI de Segurança Nacional contra a organização político-partidária. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* Ano I, nº 10, Fevereiro de 1981, p. 9 e 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

54. TRABALHADORES fundam sindicato. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº 8, Dezembro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

55. MAIS uma luta vencida. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano II, nº 21, Fevereiro de 1982, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

56. Suas pautas listadas no jornal eram: 1ª resistir na posse, ocupar as terras públicas e improdutivas. 2ª Fim da especulação da terra, latifúndio, grilagem e que haja meios estruturais para o trabalhador rural trabalhar na terra. REFORMA Agrária Radical e Imediata, *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano II, nº 15, Julho de 1981, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

57. UM ESTADO de conflito que vai de Marabá a Conceição. *O Liberal*. Belém: 20 jun. 1985, 1º Caderno, p. 18. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.

58. Segundo os jornalistas Moraes e Silva, a primeira veiculação na imprensa sobre a Guerrilha do Araguaia foi feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de uma matéria assinada pelo repórter Henrique Gonzaga Junior, que mantinha boa relação com o Exército. A matéria intitulada “Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e o atraso” foi publicada no dia 24 de setembro de 1972. Cf. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 285.

59. LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. 2ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2006, p. 159.

60. NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 281-230.

61. Lula, José Almeida, Manoel Anizio, Nelson Campanholo, Wagner Alves, Djalma Bem, Enilson Simões, Osmar Santos, Rubens Teodoro e Juraci Batista. GOVERNO condena sindicalistas. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Ano I, nº 10, Fevereiro de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

62. TERRA e Liberdade, *Conclat*, Ano II, nº13, Maio de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.
63. ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. “Para onde foi o ‘novo sindicalismo’? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical”. In: FILHO, Daniel Airão R; RIDENTI, Marcelo; MOTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 128-141.
64. Os dados foram organizados por Armando Boito a partir de levantamento do IBGE em: BOITO, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, p. 177-81. *Apud*. RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: FILHO, Daniel Airão R. *et al.*, 2014, p. 41.